

HISTÓRIA, ÉTICA E DISCURSO MEMORIALISTA

JOSE ANTONIO VASCONCELOS

1. Introdução

Uma dentre as diversas vias de acesso a informações sobre o passado é o discurso memorialista, que não raro assume a forma de textos literários, como são os casos de *Balão Cativo*, de Pedro Nava, ou *A noite*, de Ellie Wiesel.¹ Obras dessa natureza guardam uma relação problemática com o saber historiográfico, uma vez que tanto a história quanto os relatos memorialistas lidam com referentes reais situados no passado, mas de modo diferenciado. Quais seriam, pois, os pressupostos para a distinção entre esses dois domínios e qual seria o papel da Literatura para a História e vice-versa? E, no bojo dessa discussão, qual seria o papel social do historiador na preservação, recuperação, disseminação ou crítica da memória social? Quais são as implicações éticas da relação entre a História e o discurso memorialista?

Uma via de acesso para responder essas questões é análise de livros de memórias relacionados ao Holocausto – ou *Shoah* –, isto é, da sistemática perseguição e ulterior extermínio de judeus na Europa na época do regime nazista na Alemanha.² É importante salientar, contudo, que tais obras literárias são pertinentes às discussões sobre a memória social não somente em função de seu conteúdo, mas também dos *insights* teóricos que propiciam enquanto instâncias do gênero literário privilegiado.

2. O que é a Memória Social?

A seleção dos elementos que compõem uma representação do passado não é uma atividade exclusiva do historiador, mas se dá também em outros âmbitos, como é o caso da memória individual e da memória social ou coletiva. Como seria a vida humana se os indivíduos fossem capazes de se recordar de todas as suas vivências? Essa situação

1 Pedro Nava, **Balão cativo**, Rio de Janeiro : José Olympio, 1977; Elie Wiesel, **A noite**, 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 2006.

² Acredito que a palavra “Shoah” (catástrofe) expressa muito melhor tanto o conjunto de atrocidades quanto a memória destas do que “Holocausto”, que é carregada de um forte significado religioso. No entanto, como a expressão se tornou corrente, utilizo preferencialmente esse segundo termo ao longo do projeto.

hipotética é explorada por Robert Silverberg, um autor de ficção científica, num conto intitulado “The man who never forgot” (O homem que nunca esquecia). Na história o protagonista conseguia reter em sua mente tudo o que havia vivido, em detalhes, o que lhe trazia grandes transtornos, pois se tornava incapaz de diferenciar as lembranças verdadeiramente importantes daquelas que não valiam a pena ser guardadas na memória. Assim comenta Niles, o homem que nunca esquecia:

Era uma coisa embaraçosa. Se você dissesse ‘Olá’ a alguém que tivesse lhe esquecido, pensariam que você seria um encrenqueiro ou um pedinte. E se você passasse por alguém, pensando que havia lhe esquecido – e não tivesse –, bem, então você seria um esnobe.³

O que Silverberg não leva em consideração é o fato de que a hierarquia das lembranças não é objetiva e sim resultado de uma ordenação operada pelo sujeito por meio de um processo do qual, em muitos aspectos, ele próprio não tem consciência. Nesse sentido, uma lembrança não é mais importante que outras por si mesma, mas em função do significado que assume na *psique* do indivíduo. Uma impressão fugaz pode ser imensamente significativa, como ilustra o conhecido poema de Charles Baudelaire *À une passante*: “Um clarão... depois, a noite! – Beleza fugidia cujo olhar me faz subitamente renascer”.⁴ Do mesmo modo, uma experiência aparentemente banal, como ter na boca o gosto de um doce da infância, pode suscitar a evocação de lembranças de toda uma época. Em outras palavras, as lembranças podem ser mais ou menos importantes em relação a significados simbólicos que são atribuídos às vivências passadas de modo muito pouco objetivo.

Assim como o indivíduo opera, mesmo que inconscientemente, uma seleção das vivências que merecem ou não ser guardadas na memória, os grupos sociais também guardam recordações do passado e valorizam determinados fatos mais do que outros. E mais do que isso: o modo como lembramos, e não só o que é lembrado, depende em grande parte dos parâmetros definidos de modo não explícito pelo meio social. Maurice Halbwachs, um dos mais importantes autores no estudo sociológico da memória, argumenta que a recordação nunca é um processo individual, mas, pelo contrário, sempre determinado pelo meio.

Mas nossas lembranças permanecem sempre coletivas, e elas nos são lembradas pelos

³ Robert Silverberg. **World of a thousand colors**. New York : Arbor House, 1982. p. 107.

⁴ Charles Baudelaire. **Oeuvres Complètes**. Paris: Ed. Robert Laffont, 1980. p. 69.

outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.⁵

No trabalho de Halbwachs encontramos os primórdios de uma corrente nos estudos sociológicos que toma o fenômeno da memória numa perspectiva distinta da filosofia ou da psicologia, enfatizando o modo como as operações mnemônicas são mediadas, e mais do que isso, *estruturadas* socialmente. Segundo os sociólogos americanos Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins, essa corrente ganhou ímpeto expressivo nos anos 1980, fenômeno em parte explicado pela “ascensão do multiculturalismo, a queda do comunismo e uma política de ‘vitimização’ e lamento, entre outros fatores.”⁶ Ao comentarem a obra de B. Swchartz, esses autores salientam ainda a pertinência do pós-modernismo para o crescente interesse pela memória social ou coletiva. O historiador americano Allan Megill lembra ainda que “grande parte da preocupação com a memória como um objeto de valor – de fato, como um objeto de reverência – no passado recente surgiu como uma resposta aos eventos que atualmente chamamos de Holocausto, ou Shoah.”⁷

Nos estudos historiográficos o termo “memória” é de uso corrente, mas seu sentido está longe de ser unívoco. Em alguns casos a palavra se refere aos processos mentais por meio dos quais o sujeito individual recorda vivências passadas, em outros ela remete a conjuntos de lembranças partilhadas por grupos sociais específicos (como a “memória do negro no Brasil”, a “memória da imigração polonesa no Paraná” etc.) e em alguns casos ela aponta para objetos do passado preservados no presente, num sentido muito próximo ao de patrimônio material. Há ainda outros significados, mas o que cumpre enfatizar é que a memória não deve ser tomada como um dado, mas como um *processo*. De acordo com o historiador brasileiro Ulpiano Bezerra de Menezes:

5 Maurice Halbwachs, **A memória coletiva**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1990, p. 26.

6 Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins. “Social memory studies: from ‘collective memory’ to the historical sociology of mnemonic practices”. **Annual review of sociology**. Vol. 24 (1998), p. 107. “Why has public interest in memory grown só in the last two decades? Kammen (1995) explains it in terms of the rise of multiculturalism, the fall of Communism, and a politics of victimization and regret, among other factors. Schwartz (1997) explains a decline in presidential reputations under the rubric of postmodernism”.

7 Allan Megill, **Historical Knowledge, historical error: a contemporary guide to practice**. Chicago : Chicago University Press, 2007, p. 19. “Much of the preoccupation with memory as an object of value – indeed, as an object of reverence – in the recent past emerged as a response to the events that we now call the Holocaust, ot Shoah”.

A caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimentos e experiências. Daí com facilidade se passa para os produtos objetivos desse mecanismo. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente. [...] No entanto, nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso, ela é um processo permanente de construção e reconstrução [...].⁸

O conceito de memória com o qual trabalho é aquele proposto por Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins num ensaio sobre a Memória Social: “conjuntos distintos de práticas mnemônicas em vários terrenos sociais, e não memória coletiva como uma coisa.”⁹ Trata-se de uma noção que remonta ao trabalho pioneiro de Maurice Halbwachs, mencionado acima, que afirma a primazia do social sobre o individual na seleção do que deve ou não ser lembrado e no modo como os objetos da memória são evocados, mas que não se identifica completamente com a concepção desse autor, conforme veremos.¹⁰

3. Memória Social e Historiografia

A Memória Social se torna um problema teórico para a historiografia na medida em que existe uma tendência em tomar de modo equívoco a relação entre História e Memória, ora identificando uma à outra e ora subordinando a primeira à segunda. De acordo com Megill, “Muitas pessoas simplesmente aceitam que a História deva ser uma forma de Memória. Elas acreditam que a tarefa central da escrita da História talvez a tarefa seja a de preservar e levar adiante a Memória.”¹¹ O historiador britânico Peter

8 Ulpiano Bezerra de Menezes. “A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992, p. 10.

9 Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins, “Social memory studies: from 'collective memory' to the historical sociology of mnemonic practices”. **Annual Review of Sociology**, vol. 24 (1998), p. 112.

10 Maurice Halbwachs, **A memória coletiva**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1990.

11 Allan Megill, **Historical Knowledge, historical error: a contemporary guide to practice**. Chicago : Chicago University Press, 2007, p. 17. “Many people just naturally assume that history ought to be a form of memory. They assume that a central task of history-writing maybe even *the* task is to preserve and carry forward memory.”

Burke faz eco a Megill ao criticar a visão tradicional de História, segundo a qual “A função do historiador é ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos” e no interior da qual “historiadores tão diversos quanto Heródoto, Froissart e Lorde Clarendon afirmaram que escreviam para manter viva a memória dos grandes feitos e grandes fatos.”¹² O próprio Halbwachs não hesita em identificar a História como uma espécie de Memória. A diferença entre ambas, segundo esse autor, é que a Memória Coletiva se associa ao vivido, em contraste com a História que, por não ser mais tão significativa para a vida dos grupos sociais, precisa do registro escrito:

Enquanto uma lembrança subsiste é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte de um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou que dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para os quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. [...] Certamente um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado quando só podemos tratar do presente?¹³

Mesmo tendo em vista a enorme importância de Halbwachs para os estudos sobre a memória coletiva, não há como aceitar o modo como esse autor concebe o papel da história em relação à memória coletiva. Em primeiro lugar ele exclui do âmbito da historiografia acontecimentos e conjunturas próximos do presente, o que é inaceitável. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, por exemplo, ainda estão bem vivos na memória coletiva, mas nem por isso deixam de constituir legítimos objetos de estudo para o historiador. Em segundo lugar, ela exclui do domínio da memória o que, por receio de que se perca, precisa ser registrado, o que é igualmente inaceitável. Os mais de cinquenta mil testemunhos de sobreviventes do Holocausto coletados e arquivados no University of Southern California Shoah Foundation Institute, por exemplo, sem dúvida constituem riquíssimo material de pesquisa historiográfica, mas o próprio ato de coletar

12 Peter Burke. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000, p. 69.

13 Maurice Halbwachs. **A memória coletiva**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1990. p. 80

e preservar – *registrar*, portanto – os testemunhos possui também uma dimensão memorialista e ritual.¹⁴

Que critério, pois, utilizar para distinguir a História da memória social ou coletiva, uma vez que ambas lidam com as representações presentes de eventos e processos que tiveram lugar no passado? A proximidade temporal dos objetos? Não, pois a História pode estudar eventos recentes ou mesmo presentes, enquanto há casos em que a memória coletiva se apoia em tradições milenares, como ocorre na disputa por Jerusalém enquanto cidade sagrada. A preocupação com registros permanentes? Não, pois se a escrita ou outras formas de gravação em material durável é essencial para a história, isso também não é, por princípio, excluído do domínio da memória social. A objetividade da história? Não, pois, tal como ocorre na memória social, as representações historiográficas são dirigidas e em muitos casos determinadas por comprometimentos ideológicos, ainda que de modo geralmente menos explícito.

Uma primeira hipótese de trabalho para explicar o que torna a história distinta da memória social reside no fato de que a primeira se apoia em sistemas de referências amplamente aceitos, enquanto a segunda encontra justificção em pressupostos partilhados no mais das vezes somente nesta ou naquela comunidade ou grupo social. É importante, porém, esclarecer essa afirmação. Nenhum historiador, mesmo munido do mais sofisticado instrumental conceitual e metodológico, conseguirá propiciar uma análise absolutamente objetiva das questões sociais com as quais trabalha. Nenhum historiador está livre de preconceitos, comprometimentos ideológicos ou outras formas de particularismo. Qualquer historiador pode produzir, a partir de um mesmo conjunto eventos encadeados de forma cronológica, uma história dotada de sentido que pode enfatizar a continuidade ou a descontinuidade, dependendo do modo como se estrutura o enredo. Mas, uma vez feitas essas ressalvas, é inegável o valor da historiografia ao possibilitar conceitos e métodos de investigação amplamente aceitos, em outras palavras, ao possibilitar uma *linguagem* comum, o que em muitos casos não acontece com a memória de comunidades ou grupos sociais particulares.

Uma segunda hipótese de trabalho parte do pressuposto de que os objetos do passado apresentam aspectos cognitivos, éticos e estéticos que são indissociáveis entre si. Porém, a partir das três críticas kantianas, nos acostumamos a pensar esses aspectos

14 Cf. <http://college.usc.edu/vhi/>

como constituindo três esferas separadas, o que contribuiu decisivamente para a emergência da História como ciência autônoma no século XIX. Suspendendo, pelo menos explicitamente, as considerações sobre os aspectos éticos e estéticos dos objetos do passado, aos quais nos referimos por meio de juízos de valor – e, portanto, subjetivos –, o historiador pode concentrar sua atenção sobre os aspectos cognitivos, aos quais nos referimos por meio de juízos de fato, que possuem caráter pretensamente objetivo. É claro que, como a separação entre esses três domínios é obra do intelecto e não das coisas em si mesmas, o historiador acaba produzindo uma representação de certa forma incompleta de seus objetos de estudo.

Ao apresentar uma parte para representar o todo, a História poderia ser considerada uma ficção lingüística de tipo metonímico. Não obstante, trata-se de uma representação do passado que, diferente do discurso literário, nos permite avaliar as obras historiográficas a partir de critérios mais ou menos consensuais. Na historiografia é possível avaliar as relações entre os objetos de estudo e seus respectivos contextos históricos em termos de falso ou verdadeiro. É somente nesse plano, nessa “terra firme”, por exemplo, que alcançamos um fundamento para refutar argumentos extremos e ideologicamente perigosos em favor da negação do Holocausto. Não pretendo afirmar com isso que o revisionismo não possa ter lugar no cenário acadêmico. Pelo contrário, a pluralidade de pontos de vista pode e deve ser estimulada. Mas a demonstração de qualquer hipótese tem de se pautar pelos critérios do rigor lógico e da argumentação racional com base em evidências.

Essa última afirmação pode parecer um tanto positivista, no sentido que Lucien Febvre dá a esse termo, mas não se trata de ingenuidade epistemológica e sim de adotar uma abordagem ao mesmo tempo realista e crítica da função do saber historiográfico. Tomemos a própria questão do Holocausto como exemplo. Embora alguns testemunhos de sobreviventes da barbárie nazista sejam ricos em detalhes, às vezes há enganos, por exemplo, quanto à exata localização das câmaras de gás ou das datas em que determinados eventos aconteceram. Isto, é claro, não invalida seu valor, como *fonte histórica*. Se é verdade que tais relatos encontram-se permeados de equívocos, nada mais longe da verdade do que sugerir que *tudo* é equívoco – como alguns historiadores revisionistas de má fé querem fazer crer. A tarefa do historiador, portanto é a de efetuar uma análise crítica de tais relatos, de modo a poder separar de modo satisfatório o que é

fato do que é ficção. A distinção entre esses dois domínios é essencial para o historiador, e isto é aceito até mesmo por teóricos de orientação pós-moderna, como Hayden White, que enfatizam o papel da linguagem na reconstrução do passado e que, desse modo, identificam certo parentesco entre o discurso historiográfico e o literário.¹⁵

4. História, Memória e Discurso Literário

A título de exemplo, para investigar o modo como o discurso memorialista se configura como literatura e como História e Memória se relacionam em textos dessa espécie, podemos nos deter em três obras literárias de cunho memorialista: *A noite*, de Elie Wiesel, *Se isto é um homem*, de Primo Levi, e *Maus*, de Art Spiegelman.

Em *A noite*, Wiesel narra em primeira pessoa suas experiências de adolescente, desde as primeiras histórias que ouvira falar sobre os horrores perpetrados por agentes da Gestapo, passando por suas experiências em Auschwitz e Buchenwald, até o dia 11 de abril de 1945, quando um movimento de resistência dispersou os últimos soldados nazistas do campo e mais tarde, no mesmo dia, chegava o primeiro tanque do exército norte-americano. No relato de Wiesel podemos perceber o desespero do autor e protagonista da História, assumindo para si mesmo a responsabilidade de garantir a vida do próprio pai.¹⁶

Se isto é um homem se assemelha em muitos aspectos ao livro de Wiesel. Também neste caso se trata de um relato de um sobrevivente de Auschwitz, que narra em detalhes muitas de suas experiências no campo de concentração. Mas, diferente de Wiesel, que em diversos momentos declara que seu maior desejo era o de morrer de uma vez para dar fim à incontável série de sofrimentos por que passava, Primo Levi deixa claro ao longo de seu livro de memórias um irresoluto otimismo. Em certas passagens Levi quase chega a insinuar um sentimento de nostalgia, numa realidade na qual cada dia tinha de ser vivido intensamente, pois era grande a chance de que fosse o

¹⁵ “The content of historical stories is real events, events that really happened, rather than imaginary events, events invented by the narrator. This implies that the form in which historical events present themselves to a prospective narrator is found rather than constructed.” Hayden White, **The content of the form**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1987, p. 27.

¹⁶ Elie Wiesel, **A noite**, 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 2006.

último.¹⁷

Finalmente, em *Maus*, Spiegelman nos apresenta o relato das lembranças de um sobrevivente do Holocausto na inusitada forma de uma História em quadrinhos, na qual os judeus são representados como ratos e os alemães como gatos. As lembranças surgem em meio aos diálogos entre Art, o autor, e Vladek, seu pai, nos quais podemos discernir no passado a contínua luta do segundo para sobreviver e, no presente, as marcas do Holocausto nas personalidades neuróticas de ambos os personagens.¹⁸

Enquanto representações do passado, as obras literárias supracitadas se aproximam do discurso historiográfico, sem, contudo, com ele se identificarem. As narrativas de lembranças das experiências vividas no passado, ainda que não tenham a pretensão do rigor teórico-metodológico que a historiografia exige, não obstante apontam para fatos e situações que realmente aconteceram, e que por isso podem constituir-se em fontes para a pesquisa do historiador. Isto, porém, se dá de forma extremamente problemática, se levarmos em conta de um lado a propensão dos historiadores em geral de reduzir os textos literários ao *status* de documentos, e de boa parcela dos críticos literários, de outro lado, de enfatizar a autonomia do texto literário em relação a seus respectivos contextos históricos. A Historiografia, por sua vez, exatamente em função de seu rigor teórico-metodológico, pode e deve se colocar como instância crítica em face da pretensão de verdade da memória, nesse caso em particular, dos relatos de sobreviventes do Holocausto. Mas aqui nos vemos novamente diante de um problema: muitos dos aspectos relativos a objetos do passado não se prestam a uma análise lógico-conceitual em sentido estrito. E isto porque sobre tais objetos podemos não só formular juízos de fato, e de caráter objetivo, como também juízos de valor, de caráter essencialmente subjetivo. São problemas assim que as obras literárias de cunho memorialista nos convidam a levar em consideração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

17 Primo Levi, **Survival in Auschwitz**, New York, Simon & Schuster, 1996.

18 Art Spiegelman, **Maus**, São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

BAUDELAIRE, Charles. **Oeuvres Complètes**. Paris: Ed. Robert Laffont, 1980.

BOROWSKI, Tadeusz. **Nuestro hogar es Auschwitz**. Barcelona : Alba Editorial, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memoria e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

EINSEINSTEIN, Bernice. **Eu, filha de sobreviventes do Holocausto**. Ribeirão Preto : Tecmedd, 2007.

FRIEDLANDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation: nazism and the “final solution”**. Cambridge : Harvard University Press, 1992.

GILBERT, Martin. **O Holocausto: História dos judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo : Hucitec, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1990.

KLUGER, Ruth. **Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto**. São Paulo : Editora 34, 2005.

KUSTIN, Sabina. **A vida e luta de uma sobrevivente do Holocausto**. São Paulo : Humanitas, 2005.

LaCAPRA, Dominick. **History and criticism**. 3. ed. Ithaca : London : Cornell University, 1992.

_____. **History and Memory after Auschwitz**. Ithaca : Cornell University Press, 1998.

_____. **Representing the Holocaust: history, memory, trauma**. Ithaca : Cornell University Press, 1994.

LANG, Berel. **Holocaust representation: art within the limits od history and ethics**. Batimore : Johns Hopkins University Press, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP,1994.

LEVI, Primo. **É isto um homem? Rio de Janeiro : Rocco, 2000**.

LEVI, Primo. **Survival in Auschwitz**, New York, Simon & Schuster, 1996.

MATE, Reyes. **Memórias de Auschwitz: atualidade e política**. São Leopoldo : Nova Harmonia, 2006.

MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, historical error: a contemporary guide to practice**. Chicago : Chicago University Press, 2007.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A História cativa da memória? Para um mapeamento da

memória no campo das Ciências Sociais”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992, pp. 9-23.

NAVA, Pedro. **Balão cativo**, Rio de Janeiro : José Olympio, 1977.

NORA, Pierre (dir.). **Lês Lieux de mémoire**. Paris : Gallimard, 1997.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. “Social memory studies: from ‘collective memory’ to the historical sociology of mnemonic practices”. **Annual review of sociology**. Vol. 24 (1998), pp. 105-140.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas : Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas : Papyrus, 1994. (3 volumes).

RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting**. Chicago : University of Chicago Press, 2004.

ROZENBERG, Samuel. **Codnome Paul Allain: memórias de um sobrevivente do Holocausto**. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo : Companhia das Letras, Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVERBERG, Robert. **World of a thousand colors**. New York : Arbor House, 1982.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**, São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

VENEZIA, Shlomo. **Sonderkommando: no inferno das câmaras de gás**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2010.

WHITE, Hayden. **The content of the form**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1987.

WIESEL, Elie. **A noite**, 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 2006.

WISTRICH, Robert S. **Hitler e o Holocausto**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

ZERUBAVEL, Eviatar. **Time maps: collective memory and the social shape of the past**. Chicago : The University of Chicago Press, 2003.